

**EXPERIÊNCIAS MUTUALISTAS NA VILA OPERÁRIA DE CAMARAGIBE.  
(1900 – 1929)**

Autor: Marcos Alesandro Neves dos Santos

Doutorando no programa de pós graduação em História na UFSM

Quando olhamos para o final do século XIX e início do século XX muitos questionamentos surgem. Talvez, o principal assunto questionado é o modo pelo qual os trabalhadores recém-libertos pela Lei Áurea encararam sua liberdade e o modo como procuraram conquistar sua cidadania. A luta por cidadania, ou seja, a investida de sujeitos ou grupos de sujeitos preocupados em garantir para si e para os seus alguns direitos não foi uma luta iniciada apenas com a assinatura da lei da abolição em 13 de maio de 1888. A luta por direitos sempre se dava na teia cotidiana da vida social, seja na vida no campo ou nos centros urbanos, perpassando como imensos fios os universos da vida cultural; do universo jurídico; do mundo do trabalho.

O debate sobre a categoria “trabalhador” gastaria muito tempo e letras e, talvez nós não conseguíssemos expressar em poucas páginas nossas impressões sobre o tema. Numa coletânea de artigos publicados num livro intitulado “Trabalhadores na cidade” os historiadores fizeram um esforço de demonstrar como a palavra “trabalhadores” no plural era um esforço retórico para enquadrar sujeitos de ambos os gêneros (trabalhadores e trabalhadoras), das mais diversas funções (trabalhadores no comércio, agrícolas, fábricas, cocheiros, carroceiros, canoeiros, prostitutas) e jurisdição (trabalhadores livres e escravizados) numa única palavra.

Sem mencionar a relação entre trabalhadores versus vadios, tão cara às autoridades públicas. Esses trabalhadores se organizavam com diversos intuitos (resistir confrontando uma política ou a polícia, negociar uma questão e também para o lazer), mas, eram trabalhadores da cidade. Considera-los nessa localização geográfica (cidade) implica levarmos em consideração uma lógica de espacialidade dinâmica, na qual, esses trabalhadores transitavam entre sua moradia e o trabalho por diversas ruas e ambientes (AZEVEDO et al. 2009).

No cerne da discussão sobre a trajetória dos trabalhadores, alguns historiadores da década de 1980 passaram a compilar documentações importantes capazes de ampliar a dimensão dos estudos sobre tal categoria. Mais preocupados com temas clássicos da historiografia do trabalho (desenvolvimento e mudança de organizações operárias nacionais e as conexões entre organização da produção, a formação da classe e a ação coletiva dos trabalhadores) e apesar de algumas pesquisas fugirem dos temas clássicos, ainda se encontra muita produção acerca da “formação de classe, lutas nos locais de trabalho, movimento operário, sindicatos e correspondentes orientações ideológicas, ações coletivas, relações com o Estado, ideologia estatal e empresarial, formas de organização da produção e gestão da força de trabalho” (SILVA, 2003, p. 22). Essa compilação de documentos declarava importante necessidade de se analisar os trabalhadores por diversas óticas diferentes.

No Brasil, as vilas operárias tiveram seu surgimento no final do século XIX, tendo se espalhado de forma significativa até a primeira metade do século XX. Neste trabalho, sobre a Vila de Camaragibe no período de 1900-29, iremos centrar nossas análises nas casas erguidas por empresas, que se configuravam como núcleos habitacionais para operários de forma isolada da malha urbana, construindo assim uma minicidade.

Construídas por empresários, donos das fábricas ou por companhias construtoras de habitação, em geral, tinham o perfil de uma pequena residência com dois quartos, e situavam-se em localidades mais afastadas do perímetro urbano (VIANNA, 2004). A construção por parte do próprio industrial, na maior parte das vezes, estava atrelada à necessidade de edificação em regiões rurais ou afastadas do centro da cidade. Tal condição dava-se tanto por conta da proximidade com as fontes de energia e de matéria prima, como também por uma estratégia disciplinar com base na sedentarização do trabalhador fabril, por este se encontrar em uma região mais isolada.

Assim como outras capitais, Recife passava por um período de transição, não apenas temporal na passagem do século XIX para o século XX, mas também da forma

de governo, saindo de um período imperial para o modelo republicano.<sup>1</sup> Esses fatores contribuíram para um suposto pensamento moderno que tomou conta do país nas primeiras décadas do século XX. Recife convivía com problemas similares a outras metrópoles do país, tais como a falta de estrutura urbana, no que tange principalmente ao saneamento e habitação adequada, que ganharam ares catastróficos com as migrações urbanas advindas do interior do estado devido à fuga da seca e busca de um alento nas indústrias da capital.

A CIPER, Companhia Industrial Pernambucana, foi criada no final do século XIX, mais especificamente no ano de 1891, tendo seu corpo diretivo formado por empresários ricos da capital pernambucana. Carlos Alberto de Menezes<sup>2</sup> foi convidado por Adolfo Pereira Cunha e Antonio Machado, os dois sócios majoritários da companhia, para ser o gerente geral do novo empreendimento da companhia, a Usina João Alfredo, situada na zona da mata do estado (LIMA, 2012). No entanto, a proposta para assumir a gerência da usina foi recusada, tendo em vista a preocupação de Carlos Alberto com a saúde da sua família ao mudar-se para uma área pantanosa.

Estava à usina localizada em uma zona palustre, e Carlos Alberto que havia sofrido de emaludismo, contraído no estado do RJ, temia com razão a funesta endemia para si e sua família. Acrescia as dificuldades que antevia para a educação de sua já numerosa família num lugar tão afastado. E, finalmente, tinha CAM outros planos. Desde muito sonhava ele com uma organização operária cristã, e a Usina Goiana não lhe permitia realiza-la integralmente, pois com o seu movimento os operários só tinham ocupação uma época do ano, a moagem. Durante o restante do ano ficavam dispersos. (COLLIER, 1996, p. 57)

Porém, sugeriu que fosse fundada uma fábrica têxtil em Camaragibe, proposta que foi prontamente aceita devido ao momento favorável da indústria têxtil nacional, sendo confiado a Carlos Alberto coordenar a instauração do que viria a ser a Fábrica de Camaragibe. Pierre Collier, genro de Carlos Alberto de Menezes e braço direito no

---

<sup>1</sup> Sob a transição entre o final do século XIX no Recife no que diz respeito a questões urbanas e sociais, ver mais: ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

<sup>2</sup> Carlos Alberto de Menezes era um homem de fortes convicções religiosas, tendo sido amplamente influenciado pela encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XII, tendo inclusive discursado no Primeiro Congresso Católico Brasileiro sediado na Bahia no ano de 1901. Carlos Alberto acreditava que através da melhoria das condições de vida dos trabalhadores fabris, buscava minimizar o conflito de classes, base para as ideologias vermelhas como eram nomeadas o socialismo, comunismo e até mesmo o anarquismo, que, no entender das elites industriais, vinha “seduzindo” operários em diversas partes do mundo. (SANTOS, 2017).

processo de instalação da Fábrica de Camaragibe, relata que estava informado sobre os passos que o ramo estaria seguindo no país, o que relaciona com o tipo de produto que seria trabalhado.

Mentalidade de pioneiro percebia que uma das indústrias que estavam em melhores condições para serem desenvolvidas em Pernambuco era: precisamente a indústria têxtil do algodão, pois o NE brasileiro situava-se, entre as áreas mundiais mais importantes de produção dessa fibra[...] Projetamos a fábrica para 400 teares, adicionando-lhes, porém, uma seção completa de tinturaria, branqueamento e preparação de tecidos. Tivemos com isto a ideia de habilitar nossa fábrica a libertar-se da produção exclusiva de tecidos crus uma vez que estamos convencidos de que, dentro de alguns anos, a produção de tais tecidos será superabundante no país. (COLLIER, 1996, p.57)

Sendo assim, este trabalho tem como intuito analisar a vila operária de Camaragibe, situada na região metropolitana do Recife, no início do século XX, mais precisamente de 1900-1929, tendo como foco a análise acerca da sociedade de mútuo socorro, sem que percamos de vista outras associações que representavam importantes centros de sociabilidade. Para isso, foi feita uma releitura da historiografia relacionada ao período e documentos internos da Fábrica de Camaragibe que nos possibilitaram uma melhor compreensão de como se estruturou. As vilas, no final do século XIX e início do XX, representavam a moradia ideal, sendo vistas como o oposto à habitação proletária que, no discurso dito oficial, era o foco irradiador de doenças e “maus hábitos”.

Uma das formas de afastar o trabalhador industrial desse meio seria através de tentativas de ordenamento. Entre as características da vila operária de Camaragibe, estava o forte apelo católico<sup>3</sup> que se fazia presente nas mais diversas atividades promovidas pelos diretores desde eventos como Natal, passando pelos bancos escolares, quando os filhos dos operários tinham aulas sobre a Bíblia e os valores cristãos. A tentativa de exclusão se dava através da localidade, que em sua grande maioria situava-se distante dos grandes centros urbanos, com intuito de através do isolamento, afastar o operário do convívio com outros trabalhadores e conseqüentemente de ideias que pudessem incentivar, greves ou levantes que viessem a atrapalhar a produção.

---

<sup>3</sup> Leão XIII indicava que uma das alternativas para que as relações entre patrões e empregados fossem mais amistosas seria a formação de corporações operárias. Tais associações tinham o perfil de reunir todas as organizações que cuidassem dos interesses da classe, com o intuito de evitar divergências ideológicas seguindo as bases pregadas pelo Cristianismo, fato que ocorreu na Fábrica de Camaragibe.

A classe operária de Camaragibe nas primeiras décadas do século XX através das associações demonstram um perfil plural do fazer-se operário. Por mais que estejam dentro do perímetro da Vila operária, associações de caráter mutualístico ou de distração expressavam distorções entre aquilo que era alardeado pelos donos da empresa, (que a fábrica seria o lugar “dos sonhos” do trabalhador) e a versão dos operários que a fábrica seria também o local onde as queixas, as reivindicações iriam surgir, se não com força suficiente para promover a autonomia, mas pequenas fissuras, resistências que se fazem presentes no dia a dia do operariado de Camaragibe.

As resignificações constituem o cotidiano dos trabalhadores da fábrica. Em meio às tentativas de dominação por parte da diretoria da fábrica, trabalhadores resistiam no dia a dia questionando os diretores da fábrica no intuito de prover melhores condições para sua classe, fato que será visto mais a frente. Em seu décimo relatório, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe em 1908 lança uma nota de autoria de Pierre Collier(gerente da fábrica), genro de Carlos Alberto de Menezes(dono da fábrica), a respeito da grande importância que as sociedades de distração teriam para o cotidiano na vila. Dessa forma, é possível compreender que a fábrica apoiava os centros de recreação não apenas para dar um descanso aos operários.

Nota sobre as sociedades de distração: das sociedades dessa natureza tem funcionado satisfatoriamente o clube musical. O clube dramático que se estiola dia a dia deu-nos, contudo sinal de vida, levando-se a cena um belo drama seguido de duas comédias que agradaram. A sociedade de tiro esta em via de reorganização funciona uma vez ou outra com seus torneios de tiro ao alvo. Em meio ao desfalecimento quase geral que invadiu as sociedades de distração entre nós, surgiu o clube dos martellos, sociedade puramente carnavalesca. Os nossos votos são que ela possa progredir e sempre existir com garbo, porém contida ao mesmo tempo nos limites do justo e do honesto. Entretanto é preciso tirar as nossas sociedades recreativas do marasmo em que caíram. Elas são indispensáveis, pois trazem sempre alegria ao espírito após o trabalho penoso como é o nosso, modificando as impressões morais que ele nos deixa. Tratemos, pois de dar-lhes vida que vae faltando e assim concorreremos para evitar o grande mal que se infiltra nos centros operários, onde faltam às distrações licitas, sobra à dissipação do salário.

É possível ir além e verificar que as associações recreativas teriam também a função de “suavizar” a dureza do dia a dia trazendo para o operário de Camaragibe o alento necessário após jornadas estafantes, concluindo, assim, que as associações tinham uma dupla função: almejar uma recreação moral aos trabalhadores e tentar impedir o foco de revoltas através de momentos de distração. As festividades eram

organizadas com o intuito de promover uma interação entre as associações recreativas que havia na fábrica como o Clube de tiro, o Clube dramático, o Clube de musical entre outros. Eram momentos em que ocorria a sociabilidade entre os habitantes da vila para além dos teares (DECCA, 1987).

Sendo assim, a Revista *Mundos do Trabalho* criada em 2009, atrelada ao GT *Mundos do Trabalho*, da Associação Nacional de Professores de História, surgiu com intuito de sanar uma lacuna na produção nacional, abrindo espaço para pesquisas na área da História Social e História Social do Trabalho. Uma edição em específico, do ano de 2010, intitulada “Trabalhadores e o mutualismo” traz uma importante contribuição, uma vez que reúne nomes clássicos da historiografia nacional como Cláudio Batalha, que apresenta uma renovação muito bem-vinda, com nomes como Marcelo Macord, que na apresentação do volume está explicitado a sua contribuição para os estudos acerca das questões que envolvem sociabilidade.

“Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife Oitocentista”, percebe-se que alguns membros da Irmandade de São José do Ribamar mobilizaram-se para defender seus interesses profissionais, os quais foram prejudicados com o fim das corporações de ofício, oficialmente extintas pela Constituição de 1824. No seio da irmandade recifense que reunia pedreiros, carpinteiros, tanoeiros e calafates surgiu a Sociedade das Artes Mecânicas, que recebeu denominações diversas durante o século XIX. O grupo, formado, fundamentalmente, por mestres pedreiros e carpinteiros de pele escura, angariou prestígio e espaços de poder através de uma hábil utilização das normas legais e regimentais vigentes e de uma rede de clientes bem-sucedida. Por meio desse estudo, demonstra-se como uma mutual composta de mestres de obras conseguiu, através de solidariedades horizontais e de alianças verticais, estabelecer formas de controle de seu mercado de trabalho. (MACORD, 2010, p. 4).

Falar sobre sociabilidades, em uma vila operária, se justifica pela necessidade de analisar as sociabilidades dentro da vila através dos grupos recreativos e da Sociedade de Mútuo Socorro, pois, de acordo com a documentação coletada é possível contribuir para uma percepção da vida em uma vila operária, aspecto pouco abordado na história social. Pretendo assim, analisar os espaços de sociabilidade as sociedades recreativas e mutualísticas construídas na Vila operária de Camaragibe pelos patrões no início do século XX, porém ressignificada pelos trabalhadores fabris tornando-as centros de resistência em meio as tentativas de ordenamento. Sendo assim, as discussões sobre a temática nos interessam, razão que motivou a realização do estado da arte.

*Três momentos do mutualismo em Salvador (1850-1887)* de autoria de Eliane Maia dos Reis, defendida em 2016. Esta obra se propõe a fazer a reconstituição histórica de três sociedades mutualistas que existiram na Salvador, no período do segundo Império: Montepio dos Artistas, Associação dos Caixeiros e a Liga Operária Bahiana. A autora insere as sociedades em uma discussão, observando sua atuação, pautada de acordo com os meios disponíveis naquele momento para o estabelecimento de uma solidariedade entre os indivíduos, e também a formação de uma classe de trabalhadores, que tinha como objetivo principal a defesa contra as intempéries da vida.

Os objetivos da sociedade eram delineados em seus estatutos, que se caracterizava como documento de suma importância para a compreensão da dinâmica das associações. A pretensão da Montepio dos Artistas era socorrer seus sócios que fossem acometidos por moléstias ou que ficassem impossibilitados de prover a sua subsistência, estendendo esse amparo as esposas, órfãos e ainda as mães e irmãs dos sócios, que não deixassem filhos<sup>132</sup>. Aqui, além das viúvas e filhos, que eram normalmente os descendentes abarcados por direito da maioria das sociedades, as mães e irmãs também gozariam da vantagem de serem amparadas pelos benefícios disponibilizados pela sociedade. (REIS, 2016, p. 57)

No entanto para obter tais benefícios, além do pagamento de uma quantia mensal em dinheiro, era preciso comparecer as Assembleias, visando deixar os interessados informados dos acontecimentos da associação; votar nas eleições dos funcionários da sociedade. A Sociedade de Mútuo Socorro representava uma segurança, tendo em vista que ali brotava o sentimento de união entre eles, uma vez que pagavam um determinado valor, abatido diretamente em seu salário, que poderia ser útil aqueles que precisassem de afastamento por problema de saúde, auxílio funeral, auxílio para a viúva entre outros.

Os sindicatos, no modelo tradicional de agrupamento de trabalhadores, com objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho, eram proibidos dentro das vilas operárias, pois, na compreensão dos diretores, representava a luta dos trabalhadores e o acirramento da luta de classes. Sendo assim, a Sociedade de Mútuo Socorro seria a alternativa apontada, inclusive pela igreja, como o local onde os possíveis conflitos seriam resolvidos entre os operários juntamente com os patrões, freando assim as ditas “ideologias vermelhas”.

No entanto para obter tais benefícios, além do pagamento de uma quantia mensal em dinheiro, era preciso comparecer as Assembleias, visando deixar os interessados

informados dos acontecimentos da associação; votar nas eleições dos funcionários da sociedade. A Sociedade de Mútuo Socorro representava uma segurança, tendo em vista que ali brotava o sentimento de união entre eles, uma vez que pagavam um determinado valor, abatido diretamente em seu salário, que poderia ser útil aqueles que precisassem de afastamento por problema de saúde, auxílio funeral, auxílio para a viúva entre outros.

Os sindicatos, no modelo tradicional de agrupamento de trabalhadores, com objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho, eram proibidos dentro das vilas operárias, pois, na compreensão dos diretores, representava a luta dos trabalhadores e o acirramento da luta de classes. Sendo assim, a Sociedade de Mútuo Socorro seria a alternativa apontada, inclusive pela igreja, como o local onde os possíveis conflitos seriam resolvidos entre os operários juntamente com os patrões, freando assim as ditas “ideologias vermelhas”.

Um artigo de relevância O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas, de Cláudia Maria Viscardi publicado Revista Mundos do Trabalho em 2010. Compreende-se que as associações de caráter mutualístico tinham sua gênese no propósito de socorrer seu grupo em momento de fragilidade, estabelecendo laços solidários.

Se faz necessária uma explanação sobre a Sociedade de Mútuo Socorro, uma associação importante para os operários da vila, uma vez que seria ali o centro de ajuda aos operários em algumas adversidades que eles viessem a enfrentar, desde acidentes no trabalho, auxílio funeral e familiar, chegando a ser o ponto inicial de reivindicações dos operários para com os diretores da fábrica.

A Sociedade de Mútuo Socorro, de caráter mutualístico de acordo com a documentação analisada, representa o mais importante centro de sociabilidade operária, uma vez que seria ali o local de ajuda nas adversidades que viessem a enfrentar, desde acidentes no trabalho, auxílio funeral, chegando a ser o ponto inicial de reivindicações para com os diretores da fábrica. Analisamos dessa maneira que a Sociedade de Mútuo Socorro se configurava como espaço de sociabilidade e de seguridade, uma vez que almejavam oferecer amparo aos operários da fábrica. Sendo assim, o reforço da

identidade através do compartilhamento de experiências<sup>4</sup> em comum, faz surgir em Camaragibe através das mais diversas associações a solidificação de uma identidade de classe entre os operários.

A Sociedade de Mútuo Socorro, de caráter mutualístico de acordo com a documentação analisada, representa o mais importante centro de sociabilidade operária, uma vez que seria ali o local de ajuda nas adversidades que viessem a enfrentar, desde acidentes no trabalho, auxílio funeral, chegando a ser o ponto inicial de reivindicações para com os diretores da fábrica.

Art 1: A sociedade de mútuo socorro tem por fim proporcionar aos operários da fábrica de Camaragibe as seguintes vantagens imediatas: Assistência médica, enterro e sepultura, auxílio extraordinário durante um prazo não excedente a 3 meses, salvo de liberação especial do conselho corporativo em caso de moléstia grave e prolongada em associados indigentes e em acidentes de trabalho.

Art 2: Mais tarde, quando os recursos da corporação possibilitarem, indenização a todo operário doente por mais de uma semana.

Art 3: Serão considerados membros da Sociedade de Mútuo Socorro, todos os operários que trabalhem na fábrica de Camaragibe, quer mesmo empregados da corporação sendo suas famílias. São consideradas famílias de operários as que residem dentro do terreno da companhia da fábrica de Camaragibe.

Art 4: A sociedade de mútuo socorro será custeada: Por 4/5 das contribuições cooperativas dos seus membros que fizerem também parte da corporação operária. Por uma contribuição dos outros 2% sobre salários. Por uma subvenção semestral, fornecida pela corporação operária.

Art 5: Medicamentos: A Sociedade de Mútuo Socorro fornecerá aos associados todos os medicamentos que não exigirem manipulação farmacêutica difícil a juízo do médico. Para os outros terá farmácias contratadas as quais enviará as receitas. A farmácia própria da vila ficará sob imediata direção do médico, a quem compete indicar o seu cortimento, fiscalizar a divisão e dosagem dos medicamentos a distribuir, ordenar e dirigir a preparação dos que julgar poderem ser feitos por parte do empregado que for encarregado desse trabalho, o qual será designado pelo presidente do conselho.

Diante dos artigos expostos acima, é possível afirmar que o caixa da corporação não seria tão vasto, tendo em vista que limitava o auxílio ao trabalhador por, no máximo três meses, podendo ser estendido por algum motivo de força extraordinária. Outro indicativo de que o caixa da corporação não gozava de grandes quantias é a sinalização feita pelo artigo dois, ao afirmar que, ao sinal de melhora no caixa, a sociedade se

---

<sup>4</sup> Na visão de classe de Edward Palmer Thompson onde analisa que ela se constitui através das experiências comuns compartilhadas entre os indivíduos em oposição a outros homens cujo interesse diverge do seu. THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária V.1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

compromete a assistir o operário que esteja afastado do trabalho por apenas uma semana, assim como a opção do presidente da associação de pedir o adiantamento de um mês de pagamento caso seja necessário.

Analisamos dessa maneira que a Sociedade de Mútuo Socorro configurava-se como espaço de sociabilidade e de seguridade, uma vez que almejavam oferecer amparo aos operários da fábrica. Sendo assim, o reforço da identidade através do compartilhamento de experiências<sup>17</sup> em comum, faz surgir em Camaragibe através das mais diversas associações a solidificação de uma identidade de classe entre os operários.

### **Referências bibliográficas**

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

AZEVEDO, Elciene et al. Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

COLLIER, Eduardo. Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Grapp edit. 1996

CORREIA, Telma de Barros. **De vila operária a cidade-companhia:** as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, maio 2001.

CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho:** O desmonte da cidade industrial. Anais do VII encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro 1997.

CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho:** o desmonte da cidade empresarial. Anais do IX nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. 2001

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

LEÃO XIII. Rerum Novarum. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo: Loyola, 2002

LEITE LOPES, José Sergio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”.** São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.)

LIMA, Lucio Renato Mota. O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1981-1908). Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

MAC CORD, Marcelo. Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Trabalhadores e mutualismo. Revista Mundos do Trabalho. Volume 2. Ano: 2010.

REIS, Eliane Maia. Três momentos do mutualismo em Salvador (1850-1887). Universidade Federal da Bahia. Dissertação. Ano: 2016.

SANTOS, Marcos. Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe – PE (1900-1929). Dissertação de mestrado. UFPB. 2017.

SILVA, Fernando Teixeira da. Operário sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária V.1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANA, Mônica Peixoto. Habitação e modos de vida em vilas operárias. USP. 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. Revista Mundos do Trabalho. Vol. 2, Nº 4. 2010.